

1 Introdução

Brasília, 14 de maio de 2011:

A Câmara dos Deputados apoia a união estável entre homossexuais, mas está dividida em relação ao direito desses casais de adotar crianças. Levantamento feito pelo GLOBO na última semana mostra ainda que associar a palavra "casamento" à união entre gays é um tabu, mas os deputados reconhecem que a homofobia deve ser considerada um crime.¹

A notícia, publicada na página do *Jornal O Globo* online exatamente três dias depois que o Superior Tribunal de Justiça votou a favor do reconhecimento das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo, traz à luz com todas as letras um debate que ainda parece dormente ou passa despercebido no Brasil.

Enquanto na Argentina, na Espanha e em Portugal o debate pelo casamento civil igualitário já aconteceu e os casais homoafetivos tiveram sucesso na luta pela conquista de seus direitos, a comunidade LGBTTTTQI² brasileira assiste e espera ansiosa que seus políticos se engajem de fato na discussão que, se seguir o exemplo e o resultado nos países citados, culminará para que a palavra “casamento”, por enquanto ainda tabu, não mais funcione como instrumento obscuro de manutenção e evidencição das diferenças.

Esta pesquisa tem como principal objetivo mapear e analisar os argumentos e contra-argumentos que se propõem a defender ou negar o uso institucional da palavra “casamento” – e, conseqüentemente, o direito ao casamento – ao designar e regulamentar as relações entre pessoas do mesmo sexo.

Para isso, discursos favoráveis e contrários ao direito e ao uso do termo foram reunidos e examinados. Os personagens principais do debate aqui considerado são políticos, juristas e ativistas LGBTTTTQI que, seja em plenário,

¹ Disponível em <http://oglobo.globo.com/politica/camara-aceita-uniao-de-gays-mas-se-divide-sobre-adocao-de-criancas-2769818>, acessado em 23 de janeiro de 2012.

² Diante das diferentes possibilidades de siglas para denominar a comunidade que não se encaixa nos padrões heteronormativos, ou, por assim dizer, a comunidade não-heterossexual, a sigla LGBTTTTQI, que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer e Intersexuais foi escolhida para fazer referência a esse grupo na presente pesquisa por ser a sigla menos restritiva ou a que mais abrange a diversidade e complexidade de seus membros.

na mídia ou em sentenças, apresentaram justificativas que aos poucos inauguram a discussão brasileira.

A partir dos argumentos descritos e mapeados, recorreremos às proposições de Foucault e às estratégias de rarefação do discurso destrinchadas em *A Ordem do Discurso*, a fim de descortinar as justificativas expostas, numa tentativa de revelar as estratégias reguladoras do discurso que operam no corpus estudado.

Adotamos, portanto, a perspectiva da linguagem como práxis, ou forma de vida, isto é, entendemos a linguagem não como um veículo de informação, mas como uma prática intimamente ligada ao contexto social.

O principal combustível para esta pesquisa foi, incontestavelmente, o trabalho de Bruno Bimbi intitulado *A disputa pelas palavras “matrimônio” e “casamento”* apresentado como dissertação de mestrado na PUC-Rio em 2011, que assim como o presente trabalho, investiga a disputa pelas palavras “matrimônio” e “casamento”, mas em outras arenas nacionais, a saber, na Espanha, em Portugal, e na Argentina.

Tentamos também responder, ou revelar, os porquês da disputa pelo nome e pela palavra se fazerem relevantes – corroborando as considerações de Bimbi – e ampliamos o entendimento dos caminhos que o debate no Brasil está tomando.

Nossa pesquisa mostrará que há, em nosso país, a prevalência do argumento da *acepção religiosa exclusiva*, principalmente nos discursos contrários ao uso da palavra “casamento”. Evidenciaremos também o modo como se apelou para linhas argumentativas semelhantes a fim de amparar posições contrárias: tanto discursos favoráveis quanto discursos contrários ao direito ao casamento e ao uso institucional do termo por vezes se sustentaram na mesma linha argumentativa. Verificamos algumas semelhanças e diferenças com relação à pesquisa de Bimbi e, por fim, explicitamos, no âmbito do debate considerado, os procedimentos internos e externos de rarefação do discurso desvelados por Foucault em sua obra.

Assim orientado, o trabalho se insere no projeto de pesquisa coordenado pela orientadora dessa dissertação, professora Helena Martins, e parte de uma visão de linguagem como práxis, forma de vida, em que se examinam discursos contemporâneos, sobretudo no que diz respeito ao sentido que estes produzem fora do âmbito de teorias gerais da linguagem. O projeto de Martins busca

conceber os efeitos de se assumir de forma categórica uma visão da linguagem como práxis e corrobora a força da perspectiva representacionista tão combatida.

* * *

Esta dissertação se organiza da seguinte forma:

O capítulo 2 apresenta o suporte teórico o qual recorreremos para direcionar nosso olhar para os argumentos analisados. Em um primeiro momento, tratamos da linguagem como representação e como práxis e, posteriormente, comentamos as principais proposições de Foucault em *A Ordem do Discurso*.

O capítulo 3 contextualiza a questão do casamento homoafetivo no mundo e no Brasil. Primeiramente tratamos da trajetória de conquistas de direitos civis e do casamento igualitário ao redor do mundo. Em seguida, damos enfoque ao debate ocorrido na Espanha, em Portugal e na Argentina, especialmente no que tange a pesquisa desenvolvida por Bimbi (2011). Finalmente esclarecemos as especificidades da união civil homossexual e da união estável, noções importantes para que se entendam os caminhos das linhas argumentativas e contra-argumentativas aqui observadas e analisadas.

O capítulo 4 apresenta um mapa dos argumentos linguísticos contra o direito ao casamento gay no cenário político brasileiro, seguindo e atualizando o modelo apresentado por Bimbi (2011) em sua pesquisa. O capítulo 5, por sua vez, apresenta um mapa dos contra-argumentos linguísticos contra esse mesmo direito.

No capítulo 6 comentaremos a análise dos argumentos e contra-argumentos em termos das categorias foucaultianas. Finalmente, no capítulo 7, apresentamos nossas considerações finais e os possíveis desdobramentos dessa pesquisa.